

Indicação de reitor: lutar pela democratização permanece central

O processo de indicação do próximo reitor da USP está a pleno vapor. Debates multiplicam-se nos diversos *campi* da universidade, muitas vezes restritos aos membros de congregações. No dia 19/11, no auditório da Escola de Aplicação, a Adusp patrocinou um debate entre três das quatro chapas concorrentes (leia matéria na p.3), já que uma delas, “Manter o Rumo”, composta por Wanderley Messias e Suely Vilela, não pode comparecer.

Consulta? Como sabemos, a consulta aprovada na reunião do Conselho Universitário (Co) de 1º/10 último não fornece meios para decidir qual a proposta preferida pelo corpo da universidade. Além disso, será realizada no dia 10/12, último dia letivo, o que provavelmente inviabilizará uma participação significativa de estudantes e até mesmo de parte do corpo docente. Este descaso em relação à opinião de professores, estudantes e funcionários é típico da oligarquia que controla a USP há muito tempo.

Por outro lado, há quem busque ativamente o voto, mesmo neste tipo de consulta. A lógica é que apesar do autoritarismo, da criminalização dos movimentos sociais, da militarização da USP — expressa no convênio com a PM, e na contratação de coronéis de uma corporação violenta e desrespeitosa dos direitos humanos para o controle da “segurança” da USP —, do aprofundamento da terceirização e da absoluta falta de disposição ao diálogo e à negociação da atual gestão, prevaleceriam as políticas de “benefícios” (cartões diversos, prêmios, mudança na carreira) fazendo com que uma parcela que possa ser considerada significativa do corpo da universidade vote pela continuidade da atual gestão. Este voto poderia angariar algum apoio dentro do “Colegião” (impossível chamá-lo de assembleia universitária), e fazer a diferença para a inclusão na lista tríplice.



Apostila do Secretário, de 20-9-2013

No decreto de 12-11, revalidado em 11-12-2009, que nomeou João Grandino Rodas para exercer o cargo de Reitor da Universidade de São Paulo - USP, para constar que a contagem dos 4 anos de mandato previsto para o exercício do cargo, tem início a partir da data da efetiva entrada do interessado no exercício do referido cargo.

E no “Colegião”? A administração central da USP busca, por todos os meios, influir nas congregações e conselhos centrais, de modo a potencializar a continuidade da gestão. Há cargos, claros e promessas de construções, reformas e ampliações de influência, espaço físico e político para serem negociados. Até algumas propostas de gastos, aparentemente esquecidas, agora tornam-se promessas (alguém surpreso?). Um exemplo é o prédio I do ICB; há algum tempo foi identificado um problema estrutural (além de defeitos de projeto para o uso cotidiano) que recomendaria a construção de nova edificação; a proposta desapareceu da pauta, para voltar à baila só muito recentemente. Muitos de nós, pensando um pouco, encontrarão outros exemplos de práticas análogas.

Só falta pintar um “prêmio” de última hora! Afinal, há *rankings* de sobra, e devemos ter subido em algum deles...

Palácio? Presente! No debate promovido pela Adusp, quando perguntados sobre sua posição em relação à lista tríplice, as chapas presentes foram unânimes: independentemente do lugar na lista, quem o governador escolher será o próximo reitor. A alegação

não deixa de ser curiosa: na aceitação dos candidatos, o governador é o representante da população do Estado de São Paulo. Aparentemente, não é de conhecimento geral que, em uma república, é a Assembleia Legislativa estadual a sede da representação popular, tanto assim que é a instância encarregada de fazer as leis. O governador foi eleito para administrar a máquina pública, por isto mesmo responsável pelo braço de governo chamado de Executivo. Mas como no Brasil sequer chegamos ao estágio de uma república burguesa organizada, voltemos ao ponto principal.

A declaração das três chapas, provavelmente a posição de todas (lembremos que J. G. Rodas era o segundo da lista tríplice em 2009), coloca o Palácio dos Bandeirantes no centro do jogo político. Embora sejamos todos ferrenhos defensores da autonomia universitária, é no Palácio do Executivo que será dada a cartada final. Geraldo Alckmin irá comprar esta “briga”? Não subestimemos os interesses políticos e econômicos em jogo...

Dilatar mandato? Aliás, é essencial conhecer a opinião das chapas sobre a extensão do mandato do atual reitor, perpetrada pelo Governo do Estado, por intermédio da Casa Civil. Sabiam da publicação de 20/9/2013 no D.O.E. (veja fac-símile acima)? Se sabiam, qual o motivo do silêncio? Se não sabiam, o que pensam, agora que é público?

E os programas? É importante notar, no discurso das chapas, tanto a presença quanto a

falta de referências a questões e problemas essenciais. No debate realizado pela entidade e nas respostas publicadas no *Informativo Adusp 373* (<http://goo.gl/cGdnK>), se é verdade que a maioria das chapas diz considerar necessário tratar da democratização da universidade e da perda de legitimidade da atual forma de organização e gestão, herdada da Ditadura Militar, é igualmente verdadeiro que propostas e compromissos concretos são raros, vagos ou inexistentes.

Entretanto, chama a atenção o fato de que embora reconheçam, com ênfases distintas, o aperto financeiro que será enfrentado pela USP em 2014 (pelo menos), as chapas não apresentam propostas concretas para lidar com a questão.

A “solução usual” para problemas financeiros e econômicos tem sido o arrocho de salários. Será esta a postura do próximo reitor?

Além disso, nenhuma palavra se ouviu no debate sobre, por exemplo, os seguintes temas, todos financeira e economicamente cruciais:

- A USP, a Unesp e a Unicamp cresceram significativamente; o Fórum das Seis tem insistido com o Cruesp na necessidade de aumentar a dotação orçamentária das estaduais paulistas. O futuro reitor da USP participará ativamente de tal iniciativa? Argumentará com seus colegas de Cruesp acerca da urgência da questão? Participará do embate na Assembleia Legislativa para transformar o decreto de Quercia

Reitoria pretende recorrer contra a suspensão das aulas na EACH

Liminar expedida em 21/11 pela 2ª Vara da Fazenda Pública (<http://goo.gl/dJkluz>), resultante de ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Estadual (MPE), determinou a suspensão das aulas e das obras de ampliação no *campus* da EACH. A medida judicial prevê que, no prazo máximo de 30 dias a partir da notificação da instituição, as atividades acadêmicas sejam transferidas para outro local.

Responsável pela decisão, a juíza Laís Helena Bresser Lang Amaral explica que ela é provisória e necessária para assegurar “a integridade física” de estudantes, docentes e funcionários da unidade frente à denúncia de contaminação do terreno do *campus*. Exige ainda a avaliação ambiental completa da área. Atualmente, as aulas continuam normalmente, mas as obras foram paralisadas.

A assessoria de imprensa da

Reitoria informa que a USP deverá recorrer da decisão, “embora não tenha havido, ainda, a devida citação da Universidade, que permanece desconhecendo os termos da ação proposta pelo Ministério Público e o alcance da decisão liminar”.

A Diretoria da Adusp declarou que, finalmente, “o Poder Judiciário reconheceu o grave problema que resultou no belíssimo movimento de professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos da EACH”.

Caso necessário... Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, Edson Leite, atual diretor em exercício da EACH, encaminhou mensagem eletrônica à comunidade mencionando que a Diretoria “já busca locais alternativos para dar continuidade às aulas caso haja necessidade de acatar decisão da Justiça”, relata repor-

tagem do dia 22/11. “Mas o vice-diretor no exercício da direção [Leite] não convoca nem a Congregação, nem o CTA. Não sei como está dirigindo nossa unidade”, protesta a professora Adriana Tufaile.

Membros da comunidade se mostram preocupados com o prazo de 30 dias para a transferência das atividades. Para Maria Cristina Toledo, eleita nova diretora da unidade, a situação é muito complexa. “Primeiro porque esse prazo de 30 dias previa o término das aulas da graduação no fim deste ano. Só que tivemos uma greve de 50 dias e uma parte da reposição das aulas irá até janeiro de 2014. Então tem toda uma série de atividades, que não só aulas, que serão prejudicadas.”

A representante dos docentes na Comissão Ambiental da EACH, Silvana Godoy, observa que um dos grandes problemas da realo-

cação será o dos espaços de pesquisa. “Então, a Comissão de Pesquisa terá um papel muito importante na condução, juntamente com as outras instâncias, do processo de realocação da EACH”, diz a professora.

Procurado, o superintendente do espaço físico da USP, Antônio Marcos Massola, não se manifestou até o fechamento desta edição.

Novo processo administrativo contra Boueri

No dia 7/11, a Reitoria abriu um novo processo administrativo contra José Jorge Boueri Filho, diretor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). Uma comissão formada por três docentes tem 90 dias para decidir sobre o caso. A assessoria de imprensa da Reitoria informa que “os nomes dos componentes da comissão são sigilosos” [sic].

O processo utilizará dados do relatório da sindicância administrativa contra Boueri, concluída em setembro de 2012. O objetivo, diz a assessoria de imprensa, “é apurar o depósito de terra com entulho, aparentemente contaminada e sem certificação de origem e que se deu sem consentimento prévio dos órgãos responsáveis pela gestão do *campus* e sem processo de aquisição que tenha observado os ditames da lei federal nº 8666/1993”, ou seja, a Lei das Licitações.

Congregação respeita consulta paritária na EACH e Maria Cristina é a primeira da lista tríplice

No dia 19/11, a Congregação da EACH elegeu a Chapa 2, das candidatas Maria Cristina Toledo e Neli Aparecida de Mello-Théry, como a primeira da lista tríplice de candidatos a diretor(a) e vice-diretor(a) daquela unidade. O resultado respeitou a preferência expressa na consulta paritária à comunidade realizada em 7/11 (<http://goo.gl/IgavIP>).

Até o momento em que fechávamos esta edição, o reitor J. G. Rodas ainda não havia cumprido seu compromisso, assumido em reunião mantida em 14/10 com a chamada “Co-

missão dos 13”, de acatar o resultado da consulta assim que ele fosse endossado pela Congregação, nomeando e empossando imediatamente as docentes eleitas.

O cumprimento desse compromisso é reivindicado pela comunidade da EACH e pela Adusp. “Eu tenho certeza que ele [o reitor] vai me nomear, porque o processo na EACH foi muito amplo e democrático. Considero legítima a minha eleição pela comunidade, e a Congregação ratificou essa escolha”, diz a candidata vitoriosa Maria Cristina.

A professora lamenta que a nomeação ainda não tenha ocorrido. “Na verdade, meu mandato eu também não sei quando começa, porque o diretor [Jorge Boueri] está afastado e tem um vice-diretor [Edson Leite] em exercício”, explica. “Estou participando daquilo que posso participar, conversando e vendo as preocupações da comunidade. Mas ainda não posso convocar reuniões, assinar papéis e tomar decisões porque legalmente ainda não sou diretora”.

continuação da capa

em lei, estipulando um percentual da arrecadação de impostos (no lugar do ICMS), para a USP, Unesp e Unicamp (a reforma tributária vem aí...)?

- Antes de calcular os 9,57% destinado às estaduais paulistas, deduz-se da quota-parte do Estado do ICMS o montante referente à habitação, que, em 2013, totali-

zou R\$ 1,053 bilhão. Assim, só neste ano, as estaduais paulistas deixaram de receber R\$ 100,8 milhões e a USP R\$ 52,96 milhões. Há tempos, o Fórum das Seis briga contra este desconto. Que providências o futuro reitor tomará no que se refere a esta grave questão?

- E em relação ao SPPrev, que propostas e providências apresentam?

- A USP incorporou Lorena em

função de carta assinada pelo então Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do governo Alckmin, João Carlos de Souza Meirelles, garantindo um acréscimo de 0,07% da quota-parte do Estado do ICMS para a USP (isso é bastante dinheiro!). O Co decidiu pela incorporação e o acréscimo nunca veio: falta-se com a palavra empenhada, sem problemas e sem pruridos. Pois bem, que pro-

postas têm os candidatos para exigir do governo o cumprimento do acordo original?

A experiência que acumulamos reforça a necessidade de permanecermos firmes na luta pelos eixos fundamentais de nossa atuação: democratização radical e profunda da estrutura da USP, de modo a torná-la, de fato, uma universidade pública e socialmente responsável.

Reitoráveis descartam renunciar à nomeação caso não encabeçem a lista tríplice

No debate promovido pela Adusp em 19/11, no Auditório da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação, os candidatos a reitor da USP Hélio Nogueira da Cruz (Chapa 1, “Diversidade e Excelência”), José Roberto Cardoso (Chapa 2, “Rumo ao Futuro”) e Marco Antônio Zago (Chapa 3, “Participação e Excelência”) rejeitaram um eventual compromisso público de renunciar à nomeação pelo governador, caso não sejam o primeiro nome da lista tríplice.

A consulta acontecerá em 10/12 e a eleição de turno único em 20/12. A autora da pergunta sobre a possibilidade de renúncia foi a professora Elisabetta Santoro, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, durante a terceira das quatro rodadas de intervenções abertas ao público.

Sobre a questão, Zago disse que ao não aceitar uma possível nomeação, “estaria desrespeitando uma decisão que é uma prerrogativa do governador”. “Eu estaria limitando as possibilidades de escolha do governador, que, como representante eleito pela população, tem legitimidade para tomar as suas decisões”. “Claro que se eu fosse o primeiro da lista me sentiria muito mais à vontade para ocupar o cargo de reitor”, ponderou.

Nogueira defendeu que “se o governador escolher, é preciso aceitar a indicação para reitor”. Quanto a decisões advindas do Palácio do Bandeirantes, disse ainda: “[Nós da Universidade de São Paulo] não somos soberanos, mas sim autônomos”.

Cardoso avaliou a indicação do governo como legítima, frente à atual realidade das eleições, uma vez que, segundo ele, para se escolher uma gestão democrática para a Reitoria “toda a população de São Paulo teria de poder votar”.

Wanderley Messias, candidato a reitor pela Chapa 4, “Mantendo o Rumo”, não compareceu ao debate devido a compromisso assumido anteriormente ao convite da Adusp.

Programa Mínimo. A professora Heloisa Borsari mediu o debate, que foi dividido em três blocos. Nos dois primeiros, os candidatos expuseram seus pro-



Nogueira, Chapa 1



Cardoso, Chapa 2



Zago, Chapa 3

gramas e se manifestaram sobre o Programa Mínimo da Adusp para a USP. O terceiro consistiu de quatro rodadas de intervenções e questionamentos do público.

Ao abrir os trabalhos, o professor Ciro Correia, presidente da Adusp, destacou que a promoção e divulgação do debate “se dão como desdobramento da compreensão da Diretoria, do Conselho de Representantes da Adusp e da Assembleia da entidade, que entendem ser importante oferecer à categoria elementos de referência das candidaturas com relação às pautas estabelecidas no Programa Mínimo da Adusp para a USP”.

No primeiro bloco, os candidatos comentaram o Programa Mínimo (<http://goo.gl/hbp6vq>) e falaram sobre a democratização da universidade.

Nogueira mencionou acreditar que a Universidade não está em uma grande crise. “Pelo contrário”, disse, “está em um período de vitalidade”. Apesar disso, foi o candidato que mais se mostrou preocupado com a existência de uma crise econômica na USP, portanto, disposto a combatê-la. Mencionou também que os avanços com relação às carreiras de funcionários e docentes não devem ser paralisados: “Vales são conquistas que devem ter continuidade, e ajustes se necessário”.

Já Zago ressaltou que os eixos de sua campanha têm base política e não econômica. “A crise que sentimos hoje no dia a dia [acadêmico] é política”, reforçou. Nessa perspectiva, falou da democratização da universidade como tópico essencial, de revisão do vestibular como única forma de acesso à graduação, da manutenção de diálogo constante com a Adusp, da necessidade de compartilhamento de poder entre reitor e vice-reitor e de valorização dos diretores, “que têm responsabilidades para além de despachan-

tes”. Citou também a necessidade de revisão da progressão na carreira: “Temos que aceitar diferentes perfis na carreira acadêmica. Valorizar a diversidade é essencial”.

Cardoso criticou a postura do atual reitor, J.G. Rodas, de não receber os diretores de unidade. “A gente não pode ficar calado”, disse, demonstrando indignação com o cenário. Citou as reformas nos prédios da Escola Politécnica, realizadas durante sua gestão como diretor, como exemplos positivos a serem repetidos em toda a universidade, caso vença as eleições. Além disso, mostrou-se entusiasta de uma realidade em que estudantes não mais aprendam apenas de maneira presencial. “Líder, é esse o perfil do aluno que imagino se formando quando eu estiver na Reitoria”.

Perguntas. No segundo bloco, foi a vez de os candidatos responderem a duas perguntas da Adusp: 1) Como a chapa avalia o curso da negociação entre a comissão da Reitoria e os estudantes, bem como a solicitação da Reitoria de força policial para promover a desocupação do prédio da Administração?; e 2) Qual a posição da chapa quanto à Estatuinte?

“Certamente a solicitação de força policial é uma violência que responde a uma violência”, avaliou Zago. “Me causa indignação ver que por oito anos [considerando as greves estudantis de 2007 e de 2013] ninguém fez nada para curar essa doença, e vivemos a crise aguda de uma doença.” Propondo uma rela-

ção permanente de diálogo entre Reitoria, estudantes e docentes para negociações de greve, acrescentou: “É preciso reverter isso pela base, e não recorrendo ao cassetete. Mas também evitando que se use a marreta”.

Cardoso disse que a Polícia Militar tem que ser usada na USP, como no restante da cidade: sendo “um acessório e tendo os seus limi-

tes”. Sobre a prática do diálogo, mencionou: “Na Escola Politécnica, fiz uma agenda de reuniões bimestrais [com estudantes e funcionários] e com isso pudemos antecipar conflitos”. Quanto à Estatuinte, acredita serem necessárias mudanças no Regimento, mas sem que o processo paralise a Universidade. “Iremos mudar pontos específicos do Estatuto”, afirmou.

“A pacificação da universidade parte do respeito. A postura da nossa chapa é de respeito e de diálogo com a Adusp, DCE e todos os órgãos. Temos que respeitar o patrimônio público da Universidade e o diálogo é o caminho mais importante para isso”, disse Nogueira. O candidato garante que, se eleito, o Conselho Universitário rediscutirá a Estatuinte em sua primeira reunião em 2014. “Tivemos uma Estatuinte em 1988 e podemos ter outra. Concordo com Zago que a opinião do reitor é a menos importante nesse processo”.

Os quatro últimos blocos foram marcados por questionamentos variados feitos pelo público. Além de comentarem a citada proposta de renúncia à nomeação (caso discrepe da ordem da lista tríplice), os candidatos expuseram suas opiniões sobre o papel da Universidade no desenvolvimento do país; a atitude que a Reitoria deve ter frente à atual situação e à criação da EACH; a relação da USP com iniciativas associadas ao ensino à distância (EaD); o papel do Hospital Universitário (HU) etc. Assista à íntegra do debate em www.adusp.org.br.

ERRATA: Wadi Kassis

Na edição 368, p. 3, o *Informativo Adusp*, ao publicar a notícia do falecimento do professor Wadi Kassis, da Faculdade de Odontologia de Bauru, informou erroneamente que ele nasceu em 1915. Na verdade, Wady nasceu em 28 de março de 1934, na cidade de Macaúbal (SP). O erro já havia sido corrigido na versão digital em HTML. Pedimos desculpas pelo ocorrido, à família e aos leitores.

TCU condenou chefe de finanças da USP de Ribeirão Preto a devolver R\$ 266 mil à CEF

Acusado de saques fraudulentos e outras irregularidades quando funcionário do banco federal, ele foi nomeado pregoeiro do *campus*

O chefe técnico da Divisão Financeira da Prefeitura do *campus* de Ribeirão Preto, Paulo César Britisqui, nomeado por Rodas em 2/8/2012 pregoeiro “nos procedimentos licitatórios a serem instaurados no Centro de Informática de Ribeirão Preto da USP (CIRP), objetivando a aquisição de bens e serviços comuns”, foi condenado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2008, a devolver à Caixa Econômica Federal (CEF), da qual era funcionário, a quantia de R\$ 266 mil, em valores da época, em razão de “saques fraudulentos, movimentação irregular em subconta contábil e irregularidades habitacionais efetuados na Agência Santa Gertrudes” (<http://goo.gl/L9H27H>).

Por esta razão, seu nome consta da lista de gestores públicos, ocupantes de cargos ou funções, que tiveram suas contas julgadas irregulares e estão inelegíveis em razão da Lei da “Ficha Limpa”, entregue em

21/6/2010 ao então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, pelo então presidente do TCU, Ubiratan Aguiar.

As fraudes e irregularidades teriam sido praticadas em 2001. A CEF instaurou comissão de apuração sumária, que ao concluir os trabalhos “identificou débito de R\$ 85.114,58”, valores da época. A tomada de contas passou ao âmbito do TCU, cuja Secretaria de Controle Externo (Secex) decidiu, “em unânime, pela citação do sr. Paulo César Britisqui, para que apresentasse alegações de defesa e ou recolhesse o valor do débito aos cofres da Caixa Econômica Federal”. Segundo o relatório do tribunal, contudo, Britisqui “quedou-se silente, deixando transcorrer *in albis* [em branco, sem reação] o prazo para apresentação de alegações de defesa”.

Embargos. Em maio de 2013,

a 1ª Vara Federal de Araçatuba rejeitou medida judicial impetrada por Britisqui contra a cobrança desses valores pela CEF, por supostas nulidades nos procedimentos administrativos de averiguação realizados no banco público e no tribunal de contas. Segundo ele, na CEF teria havido “ausência de defesa técnica”, ou seja impossibilidade de constituir advogado, e “ilegal quebra de sigilo bancário”, ao passo que no TCU teria havido ausência de formação do contraditório.

A Justiça Federal julgou improcedentes os embargos de Britisqui, por considerar que a Súmula Vinculante 5, do Supremo Tribunal Federal, fixou o entendimento de que a “falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição”; no tocante à quebra de sigilo, como “o requerente era funcionário do próprio banco, resta evidente que a instituição financeira detinha condições de investigar atos suspeitos praticados por seus próprios agentes”; e que não procede alegar au-

sência de formação de contraditório no procedimento administrativo instaurado pelo TCU, porque os diversos documentos apresentados nos autos pelo embargante (depoimento, relatório de apuração sumária, relatório de auditoria etc.) “são elementos robustos a demonstrar que, tanto perante a CEF quanto perante o TCU, ao requerente foi respeitado o direito do contraditório e da ampla defesa”.

Em 15/4/2013, o chefe da Divisão de Finanças foi nomeado membro da Comissão Permanente de Licitação da Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto (EEFERP-USP), por ato do diretor da unidade, publicado em 18/4/2013 no *Diário Oficial do Estado*, Poder Executivo, Caderno 1, p. 104. A comissão é encarregada de encerrar e julgar os procedimentos licitatórios instaurados no âmbito da unidade, “através das modalidades Convite, Tomada de Preços e Concorrência, objetivando a aquisição de materiais e/ou contratação de serviços; contratação de obras e serviços de engenharia”.

Chapas de Wanderley e de Zago visitam Adusp

As chapas de candidatos a reitor e vice-reitor(a) Wanderley Messias-Suely Vilela e Marco Antonio Zago-Vahan Agopyan visitaram a Adusp em 5/11 e 11/11 respectivamente. Foram recebidas por Ciro Correia e César Minto, diretores da Adusp.

Wanderley-Suely. Expu- seram os motivos que os levaram a entrar na disputa: a experiência e a trajetória acadêmica e administrativa de ambos, o entendimento de que houve acertos em muitas iniciativas da atual gestão (valorização da graduação, mudanças na pós-graduação, infraestrutura física dos *campi*, internacionalização) conjugado à compreensão de que é preciso fazer mudanças e ajustes para superar questões importantes que não tenham tido o melhor tratamento, como a garantia de respeito às agendas e atribuições das instâncias colegiadas; respeito às escolhas de diretores de unidades; agenda de interlocução efetiva com a comunidade, conforme tópico específico do programa da chapa que prevê a criação de uma assessoria para assuntos comunitários associativos e sindicais.

Disseram estar atentos às preocupações orçamentárias e ao comprometimento das reservas financeiras; mas ressaltam que suas projeções indicariam que não há fundamento para catastrofismo e que será possível em 2014 retomar um patamar mais balanceado entre custeio e salários. Afirmaram que pretendem ser mais atuantes na interlocução com o governo estadual, Alesp e sociedade.

Os diretores da Adusp destacaram que há muito a universidade vem regredindo em relação ao modo como lida com as diferenças de concepções e propostas no seu interior, mas que desde os anos 1980 isso nunca foi tão grave como na gestão Rodas, tanto no que se refere à política de judicialização dos conflitos e à postura policesca com relação à comunidade, como à falta de respeito no relacionamento institucional e de transparência nas deliberações de substituir salários por ditos “benefícios”, concursos por terceirizações, assim como nas decisões quanto a obras etc.

Ciro e César sustentaram ainda a necessidade de a USP rever o modo como tem atuado no Cruesp e diante das agências de fomento, e

questionaram o modo autoritário como se deu a introdução de níveis horizontais na carreira. Os candidatos afirmaram que, numa futura gestão, haverá espaço para reconfigurar essas questões.

Zago-Vahan. Acompanhado da apoiadora professora Maria Arminda Arruda, agradeceram a possibilidade de conversar com a entidade sobre os temas em pauta. Zago iniciou dizendo que, para além das crises específicas e de momento, a chapa está preocupada com um quadro que considera análogo ao de uma “doença institucional” que determina falta de visão de unidade e de coesão entre os diferentes setores/áreas, obscurecendo a grandeza e diversidade da instituição, situação que tem se intensificado e é necessário reverter.

A chapa se disse crítica quanto a práticas clientelísticas implantadas na administração e aprofundadas no período recente, precisando ser mudadas com atitudes de consideração às instâncias colegiadas e às diversas esferas administrativas da USP. Vahan destacou que indicarão sempre os escolhidos pelas unidades para os cargos de diretores

(primeiros das listas) e que essa concepção de descentralização e respeito à autonomia será uma marca da administração.

Maria Arminda explicou que seu apoio à chapa e integração no grupo de planejamento deve-se ao compromisso de valorização de todas as áreas das ciências, o que implica reconhecer a especificidade das Humanidades, e o enfrentamento das disparidades hoje existentes quanto à infraestrutura e aos quadros de docentes e funcionários.

Ciro e César destacaram que a universidade vem se distanciando do respeito à diversidade e às características das diversas áreas e setores; são notórias as práticas de clientelismo na atual gestão.

Os candidatos declararam acordo com essas preocupações e compromisso de enfrentar esses graves problemas reforçando a interlocução com as entidades representativas, para viabilizar uma agenda que propicie avançar nas demandas por democratização, a exemplo da reivindicação por um processo Estatuinte, sem que isso dificulte o encaminhamento imediato de medidas específicas.